COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENDU* EM

A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO

Carga horária: 360 horas.

Dias da semana: 4ª, 5ª e 6ª.

Modelo do curso: Integração da teoria com a prática por meio da resolução de problemas (casos) nas aulas de quarta-feira, às quintas-feiras aulas expositivas de direito público (constitucional, administrativo e tributário) sobre o tema versado no caso e, por fim, às sextas-feiras, aulas expositivas de direito processual, sobre o tipo de ação ou de recurso envolvido no caso.

Público-alvo: Advogados públicos (procuradores), advogados privados que lidam com o contencioso judicial da Fazenda Pública, promotores de justiça e estudantes que pretendam se especializar na matéria e ingressar em procuradorias públicas ou em escritórios de advocacia com atuação voltada para o setor.

Conteúdo programático:

1. O regime jurídico-processual da Fazenda Pública: noções gerais - I (o conceito de Fazenda Pública e seus prazos processuais).

2. O regime jurídico-processual da Fazenda Pública: noções gerais – II (a Fazenda Pública como ré: os prazos prescricionais da Fazenda Pública e o instituto do reexame necessário).

3. O regime jurídico-processual da Fazenda Pública: noções gerais – III (despesas processuais, honorários sucumbenciais, depósitos judiciais, custas e multas).

4. A Fazenda Pública como terceiro-interveniente: oposição, chamamento ao processo, denunciação da lide, assistência e a chamada "intervenção anômala".

5. Tutela de urgência e Fazenda Pública: liminares, cautelares, antecipações de tutela *pro et contra*.

6. Suspensão da eficácia de medidas urgentes e de sentenças contra a Fazenda Pública ("suspensão de segurança").

7. Mandado de segurança – parte I.

8. Mandado de segurança – parte II.

9. O controle judicial da atividade administrativa (ênfase no controle de licitações, de concursos públicos, da imposição de sanções disciplinares e de polícia).

10. O controle judicial de políticas públicas.

11. Desapropriação.

12. Execução Fiscal – parte I.

13. Execução Fiscal – parte II.

14. Execução contra a Fazenda Pública.

15. A Fazenda Pública e os processos coletivos - I: o microssistema da tutela jurisdicional coletiva (noções gerais).

16. A Fazenda Pública e os processos coletivos – II: ação civil pública e ação popular.

17. A Fazenda Pública e os processos coletivos – III: Improbidade administrativa.

18. A Fazenda Pública nos Juizados Especiais.

19. Controle de Constitucionalidade.

20. A força normativa dos precedentes e a Reclamação constitucional.

Metodologia

A Pós-graduação FDV utiliza uma metodologia que coloca o aluno em contato com casos reais da profissão, ensinando o conteúdo na prática e qualificando os profissionais para o dia a dia do Direito. Cada conteúdo é trabalhado em três encontros. No primeiro (Imersão) a tarefa é resgatar os conhecimentos sobre o conteúdo, provocando discussões sobre temas atuais, complexos ou controversos. No segundo encontro (Resolução de problemas) um caso prático é proposto incentivando a adoção de uma estratégia por parte do aluno para solucionar o problema. Situações do cotidiano profissional são colocadas em debate e estimulam o aprendizado. No terceiro (Consolidação), o conhecimento é consolidado com a participação de um professor especialista no assunto proposto, fechando um ciclo que permite ao aluno rever conceitos, discutir questões atuais, aplicar conhecimentos e consolidá-los. Aulas expositivas sobre Metodologia da Pesquisa, Tópicos Especiais e orientação ao trabalho final de conclusão do curso.